

ORIENTAÇÕES CURRICULARES OFICIAIS E O CURSO DE LICENCIATURA DA UFPEL: A RELAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

PAULA DEL PONTE ROCHA¹; MAIRA FERREIRA²

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – pauladelponte@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mmairaf@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Educar para a cidadania, educar para o trabalho, educar para a vida, vem sendo os *slogans* para a educação brasileira nas últimas duas décadas. Impulsionados pelas orientações curriculares do final dos anos 90 e início dos anos 2000, lançadas na forma de Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino superior, e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio, o discurso de mudanças na educação tomou vulto e tem sido o definidor de políticas na educação.

Segundo Roldão (2001), na atualidade, observa-se uma recorrência desse discurso em torno da “mudança” que tem sido reduzida à “adequação à mudança” ou “resistência à mudança”, simplificando o que não se entende ou se receia ou, ainda, para idealizar uma meta que acredita-se ser inatingível. Como variável da mudança associa-se o conceito de inovação, que aparece muitas vezes como sinônimo de “mudança para melhor”.

Para Lopes (2002), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), desde sua publicação e distribuição para as escolas, vêm se constituindo como a expressão maior da reforma desse nível de ensino no Brasil. Mas, ao mesmo tempo que tomamos os PCN como instituidor de uma reforma, concordamos com Ferreira (2011, p.1) ao problematizar, a partir de Popkewitz, as noções de reforma e de mudança, afirmando que *reformas educacionais* não significam o mesmo que *mudanças em educação*, uma vez que as *reformas* estão associadas à mobilização dos públicos e às relações de poder na definição do espaço público; já as *mudanças* teriam uma dimensão mais ampla, menos normativa e mais “científica”, associada a uma ruptura com aquilo que parece estável e “natural”.

A ideia de Popkewitz pode ser relacionada com Lopes (2002), quando refere não ser possível pensar no cotidiano escolar a despeito das orientações oficiais, pois certamente existem reinterpretações e/ou ações de resistências a esse documento, na tentativa de permanência do trabalho que já é realizado nas escolas. De qualquer forma, não se pode deixar de considerar as orientações oficiais sobre a escola, pois seria desconsiderar toda uma série propostas de uma reforma curricular, com o intuito de produzir uma retórica favorável às mudanças projetadas e orientar a produção do conhecimento escolar.

Alinhada à proposta dos PCN, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que orientam os cursos de Licenciatura em Química – DCN Formação de Professores para a Educação Básica, DCN Gerais para Educação Básica, e as DCN para os cursos de Química – também orientam para o desenvolvimento de uma educação contextualizada e que atenda a formação dos sujeitos para a vida cidadã. Frente à orientação dada por esses documentos, procuramos ver se (e como) o curso de Licenciatura em Química da UFPel contempla esse discurso de mudanças na educação – na formação inicial dos professores.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada segundo a Análise Textual Discursiva (MORAES e GALIAZZI, 2006), metodologia de análise de dados que compreende processos de unitarização, categorização e comunicação. A fase de unitarização corresponde a organização de unidades de significado, a partir do texto completo (devendo ser mantido o significado fora do texto original). A partir das unidades, passa-se para o processo de categorização, podendo haver um ou mais níveis de categorias de análise. Por fim, na comunicação, ocorre a produção de metatextos, compreendidos como a conclusão de um caminho percorrido que permitiram a (re)construção de textos e concepções ao longo do processo.

Para esse trabalho, analisamos o Projeto Pedagógico (PP) do curso de Licenciatura em Química da UFPel, em relação aos anúncios de mudanças esperadas para Educação Básica, relacionando-o com os Parâmetros Curriculares Nacionais, foco do texto de Lopes (2002), sobre a contextualização. Analisamos também a legislação vigente para cursos de Licenciatura: Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Química (DCNCQ), Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores (DCNFP) e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB).

Além da pesquisa realizada nos documentos, realizou-se uma pesquisa com 10 egressos do curso de Licenciatura em Química da UFPel, dos anos de 2009 a 2011, com a aplicação de um questionário contendo com 5 questões que versavam sobre o papel das disciplinas do curso e dos projetos (ensino, pesquisa e extensão), em especial o PIBID, buscando analisar o modo como valorizam e validam (ou não) esses elementos para sua formação profissional. Nessas questões também foi possível perceber algumas considerações sobre a contextualização e serão apresentadas a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das DCN nos mostra a consonância entre esses documentos e o teor dos PCN, por fazer parte de um projeto de reformas de um mesmo governo, sendo os slogans citados no início do texto, recorrentes em todos os documentos. Para Lopes (2002, p. 5), “a contextualização, associada à interdisciplinaridade, vem sendo divulgada pelo MEC como princípio curricular central dos PCN capaz de produzir uma revolução no ensino” e para isso exige experiências concretas e diversificadas, relacionadas à vida cotidiana para as situações de aprendizagem. Nos PCN, a proposta de educar para vida, traduzida como educação contextualizada, adquire dimensão produtiva do ponto de vista econômico.

O PP do curso também faz referência à contextualização e aos anúncios de educação para vida e trabalho, atendendo as orientações oficiais, motivo principal da atualização dos PP de cursos no início dos anos de 2000: atender a legislação. Mas será que essa reformulação curricular têm efeitos nas práticas realizadas para a formação docente? Será que os licenciandos se sentem preparados para atuar nas escolas promovendo uma educação contextualizada e interdisciplinar, segundo as orientações que constam nos documentos oficiais?

Segundo os egressos do curso de Licenciatura em Química, a falta de contextualização se faz presente nas disciplinas de Física, Matemática e também nas disciplinas de Química, priorizando a aprendizagem de conceitos de forma segmentada, desvinculada das demandas da educação básica, conforme indica a fala do aluno A1 “a falta contextualização de conteúdos em disciplinas de química, bem como, a elevada carga de conteúdo em pouco tempo de aula também prejudicaram a construção dos conhecimentos acerca dos mesmos, dificultando

posteriores aplicação dos mesmos em situações para a aprendizagem de um novo conhecimento, compreensão e discussão de novas tecnologias”.

Assim, mesmo que o Projeto pedagógico tenha sido atualizado para atender as orientações oficiais, percebe-se que a prática docente nas aulas não apresentou mudanças, visto que os alunos referem a falta de contextualização como uma barreira à aprendizagem, podendo levar a dificuldades na realização de práticas interdisciplinares e contextualizadas nas escolas.

4. CONCLUSÕES

A análise do curso de Licenciatura em Química, tomando como referência os documentos oficiais para a Educação Básica, para os cursos de Formação de Professores e para os cursos de Química, aponta que na prática a referência continua sendo as DCN para cursos de Química e, mais recentemente, as DCN para a formação de professores, no que diz respeito à matriz curricular, não havendo menção às DCN para a Educação Básica.

Assim, embora seja possível reconhecer as orientações oficiais no PP do curso de Licenciatura em Química da UFPel, a pesquisa aponta que a prática em aula parece não acompanhar essa mudança, não sendo possível evidenciar nas falas dos alunos a ênfase em ensino contextualizado, para que os futuros professores atendam as demandas da Educação Básica, desenvolvendo um ensino, cujo conhecimento envolvido promova a cidadania e prepare o estudante para a vida, inclusive para o mundo o trabalho.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010. Publicado no D.O.U. de 9 jul. 2010, Seção 1, Pág.10.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Parecer CNE/CP nº 9, de 08/05/2001a. D.O.U. de 18/01/2002, Seção 1, p. 31.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química. Parecer CNE/CES n.º 1.303, de 6 de novembro de 2001b. Publicado no D.O.U de 7 dez. 2001b, Seção 1, p. 25.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

FERREIRA, M. Inovação: Imperativo da Mudança na Educação Escolar em Ciências/Química. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, 8, Campinas, 2011. Anais Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências.

LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 23, n. 80, p. 386-400, set. 2002.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2º ed. Ijuí: Ed.Unijuí, 2011.

ROLDÃO, M. C. A mudança anunciada da escola ou um paradigma de escola em ruptura? In: ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 115-134.